



RECORTES DE IMPRENSA

JULHO 2014

APAV[®]



associação portuguesa de
Apoio à Vítima

COM O APOIO:





PONTA DELGADA ■ JUIZ SOLTA PREDADOR SEXUAL, 48 ANOS, APANHADO PELA JUDICIÁRIA

Vizinho ataca bebé

■ Pescador foi apanhado pela mãe da criança, de dois anos, a fazer com que esta o masturbasse

● MIGUEL CURADO

Um abusador sexual já referenciado pelos moradores da zona, nos Açores, foi detido pela Polícia Judiciária por suspeitas de um crime, desta feita sobre uma menina de apenas dois anos. O detido foi denunciado pela mãe da bebé, mas já está novamente em liberdade, por ordem do juiz de instrução, apenas obrigado a apresentar-se uma vez por semana à polícia.

O suspeito tem 48 anos, é solteiro, pescador de profissão e vizinho da vítima – vive ao lado da casa da família da menina de que abusou. Segundo o **CM** apurou ontem, este homem era conhecido há anos na zona onde vive por alegadamente coagir adolescentes a masturbá-lo.

Visita frequente da casa da família, em Ponta Delgada, o homem foi contratado pela mãe da bebé durante a semana passada, com o intuito de prestar alguns serviços domésticos. Aproveitando uma ausência momentânea da mãe da criança, o suspeito terá feito com que a menina de apenas dois anos o masturbasse.

A progenitora da menina acabou por surpreender o vizinho em pleno ato sexual com a filha e não hesitou em denunciá-lo de



✚ PORMENORES

● **PESCADORES**
O abuso sexual que levou à detenção do homem de 48 anos pela Polícia Judiciária ocorreu num bairro de pescadores, na ilha açoriana de São Miguel.

● **VESTÍGIOS**
Após a detenção, a Polícia Judiciária procedeu à recolha de vestígios biológicos no local do crime, que confirmaram o abuso cometido sobre a criança de dois anos.

● **APAV**
Segundo números do ano passado da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 23% das vítimas de abusos sexuais são menores até aos 17 anos.

imediatamente às autoridades policiais. A Judiciária de Ponta Delgada assumiu a investigação e encontrou vestígios biológicos que confirmam o crime – sêmen do suspeito de abuso sexual. E inclusive este acabou por confessar parcialmente os factos.

Presente a um juiz de instrução criminal, o pescador vai aguardar julgamento em liberdade – próximo da vítima e dos seus familiares –, apenas sujeito a apresentações periódicas na esquadra da PSP local. ■



Violência doméstica. PS quer acabar com homicidas que herdaram bens da vítima

Um homem que mata a mulher pode ficar com a herança da vítima e beneficiar da pensão de sobrevivência. Socialistas querem mudar a lei

LUÍS CLARO

luis.claro@ionline.pt

Um homem ou uma mulher que mate o companheiro pode actualmente herdar os bens da vítima e uma pensão de sobrevivência. O alerta foi dado aos socialistas numa homenagem às vítimas de violência doméstica no jardim em frente à Maternidade Alfredo da Costa, em Novembro de 2012. Nesse dia, os deputados tiveram conhecimento de casos concretos e o resultado foi um projecto de lei que pretende acabar de vez com a hipótese de o homicida receber a herança da vítima.

No diploma, os deputados socialistas defendem que é "manifestamente injusto" o homicida

poder "herdar os bens da sua própria vítima" e propõem "acrescentar ao Código Penal um novo artigo que permita que a sentença condenatória penal possa, desde logo, declarar indignidade sucessória do condenado".

Actualmente, a "indignidade sucessória já está prevista na lei para os casos em que o homicídio é praticado contra o autor da sucessão", mas o que falta "é a possibilidade de fazer operar a indignidade nos casos em que não há contra-interessados que tomem a iniciativa de propor a acção", lê-se no projecto de lei.

"Não faz sentido e indigna-me que o homem que mata seja o legítimo herdeiro da mulher que matou", diz ao i a deputada do PS Elza Pais. A ex-secretária de

Estado da Igualdade garante que, se o projecto for aprovado, o homicida perde o direito "a tudo o que é herança", nomeadamente à pensão de sobrevivência.

A UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) já tinha alertado para a "grande possibilidade" de existirem homicidas a "beneficiar" dos bens da vítima. Elisabete Brasil, que ainda não conhece o conteúdo do projecto, defende a urgência de alterar a lei, porque "o homicida não pode beneficiar por matar uma pessoa. Não deve poder herdar coisa nenhuma".

Os socialistas, no dia em que a Assembleia da República fez um debate sobre violência doméstica por iniciativa do Bloco de Esquerda, reapresentaram ain-



Socialistas avançaram com projecto para alterar o Código Penal



da um projecto de lei que tem como objectivo "prevenir na lei que o tribunal possa determinar (...) o afastamento do arguido da casa de morada comum acautelando todas as consequências ao nível familiar, nomeadamente a regulação do exercício de responsabilidades parentais e atribuição de pensão de alimentos" – um projecto que foi já inviabilizado pela maioria nesta legislatura.

Os bloquistas justificaram o debate de urgência com "as 21 mulheres que morreram este ano". A deputada Cecília Honório lembrou que 377 mulheres foram assassinadas em Portugal desde 2004, no contexto de violência doméstica. No ano passado, 15 foram abatidas a tiro, 9 esfaqueadas, 4 espancadas, 5 asfixiadas; as restantes morreram afogadas e queimadas – uma "realidade que a todos deve envergonhar". O debate ganhou uma dimensão mais política com o governo a acusar o Bloco de propor a discussão no último dia de trabalhos da sessão só para "ganhar espaço mediático". A seguir, a deputada social-democrata Francisca Almeida defendeu que "a urgência deste debate não é a das vítimas, mas a da busca incessante de protagonismo do BE".





405

DETIDOS POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA nos 15 meses de existência do GAIV da PSP do Porto. Há 19 em prisão preventiva.

9

MILITARES DA GNR nas duas equipas do NIAVE (Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas) que cobrem o distrito do Porto. Nos postos há 26 equipas, com 31 guardas.

17

ELEMENTOS DA PSP trabalham em permanência no Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima do Comando do Porto, que está instalado na esquadra do Bom Pastor.

PSP e GNR vão elaborar fichas de avaliação de risco para proteger vítimas

DEZ QUEIXAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA POR DIA NO NORTE



Nuno Silva
nsilva@jn.pt

No primeiro semestre do ano, as forças policiais receberam uma média diária de 10 queixas por violência doméstica, na Região Norte. Em novembro avança um novo modelo de avaliação de risco das vítimas.

A GNR e a PSP contabilizaram 3854 participações, com o distrito do Porto na liderança (2478), seguido por Braga (744), Vila Real (247), Viana do Castelo (216) e Bragança (169). Os números foram revelados, ontem, durante a visita do ministro da Administração Interna às unidades especiais de combate à violência doméstica de cada uma das forças de segurança, no Porto.

As estatísticas não apresentaram grandes variações em relação a 2013, em que houve, na Região Norte, 8472 regis-

tos, no somatório dos 12 meses. O JN apurou que a maioria das ocorrências é de agressões entre cônjuges ou companheiros, mas também há situações de violência psicológica e, em menor escala, ameaças com arma de fogo.

A deslocação de Miguel Macedo ao Gabinete de Atendimento e Informação à Vítima – projeto conjunto da PSP e do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) do Porto – e ao Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas do Comando do Porto da GNR serviu, também, para anunciar uma nova fer-

ramenta de combate ao flagelo, a ser implementada a nível nacional em novembro.

Trata-se da Ficha de Avaliação de Risco, que será preenchida pelos elementos policiais no momento em que recebem a queixa. É um formulário com 20 perguntas que será anexado ao auto de denúncia e encaminhado ao Ministério Público. Basicamente, são questões que podem ajudar a fazer um diagnóstico da gravidade do caso, sobretudo ao nível dos perigos que a vítima corre e do perfil do agressor.

O documento vem substi-

tuir um anexo já existente (muito menos exaustivo) e pode ser preenchido com base nas informações recolhidas junto de vítimas ou outros denunciadores, sejam vizinhos, familiares ou testemunhas. Consoante as respostas, o grau de risco é catalogado de “baixo”, “médio” e “elevado”. Neste último caso, a reavaliação terá de ser feita no prazo máximo de sete dias. As forças policiais – que receberam formação para o novo procedimento – podem mesmo propor ao Ministério Público medidas de coação a aplicar aos suspeitos, que poderão ser decisivas para evitar desfechos graves, como homicídios.

Miguel Macedo, acompanhado pela secretária da Estado da Igualdade, Teresa Morais, e pelos comandantes da GNR e PSP, realçou que a avaliação de risco é uma questão “sensível” e acredita que a nova ficha de avaliação de risco, formulada com critérios “científicos”, poderá ser um “excelente contributo”. ●

UMAR DEFENDE REFORÇO DE FORMAÇÃO E MEIOS

► Elisabete Brasil, diretora executiva para a área da violência de género da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), louva a implementação da ficha de avaliação de risco, mas alerta para a necessidade do reforço da formação e dos meios das forças policiais. “Qualquer instrumento para avaliação e gestão de riscos é bem-vindo. Temos notado, contudo, que o grande esforço de formação e qualificação tem sido nos agentes das equipas especializadas e de investigação. É importante que abranja também os policiais das patrulhas e os que estão nos balcões de atendimento dos postos e

esquadras, que recebem as denúncias”, referiu a dirigente. “Muitas vezes esses profissionais não dispõem dos meios suficientes para um problema tão exigente como a violência doméstica”, frisou, lembrando que são necessários planos de segurança e de monitorização. Durante a visita às unidades especializadas da GNR e da PSP, no Porto, Teresa Morais, secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, também sublinhou a importância da prevenção. “Uma queixa desvalorizada hoje ou uma avaliação de risco mal feita hoje pode significar uma mulher morta amanhã”, disse.



Teresa Morais e Miguel Macedo, nas instalações do GAIV



LOJA DE PORCELANA

Porque há razões

O crime de violência doméstica ser público pelos vistos não acabou com os sucessivos "perdões" da vítima. Nestes casos, o "perdão" leva à morte



Carla Hilário Quevedo

O caso mais recente de violência doméstica, que acabou com a morte da mulher às mãos do companheiro com quem vivia há quinze anos, está a ser noticiado como um problema de "ciúme e depressão" do assassino. Só falta acrescentar: "coitado". É frequente nestes casos de homicídio de mulheres pelos companheiros ou maridos haver uma tentativa de explicação para o crime. A perplexidade será o principal motor dessa necessidade de dar sentido a uma violência tão bárbara entre marido e mulher, com filhos à mistura, subitamente privados da mãe. "Como é possível?", ouço-os a perguntar.

Mas a pergunta, que não o é, mostra apenas o espanto perante uma mulher morta à machadada, o fim de um processo de anos, "sinalizado" pela Segurança Social ou lá por quem for, acompanhado de queixas à Polícia, que nunca acreditou que o homem concretizasse as suas ameaças. Ameaçar não foi, portanto, tido em conta como um factor decisivo para o caso. Afinal de contas, são só palavras. As queixas das vítimas de violência doméstica parecem ser recebidas como os relatos do Pedro a dizer que vem lá o lobo, com a diferença essencial de que o Pedro mente até ao dia em que diz a verdade e ninguém acredita nele. Ou seja, as autoridades parecem não acreditar na vítima de violência doméstica, apesar de os homicídios continuarem a aumentar. Já me perdi na conta macabra das vítimas mortais, mas penso que estará próxima das trinta. Se o número não é alarmante, então não sei o que poderá ser. A vítima, por seu lado, parece não querer acreditar no que lhe está a acontecer, por isso deci-

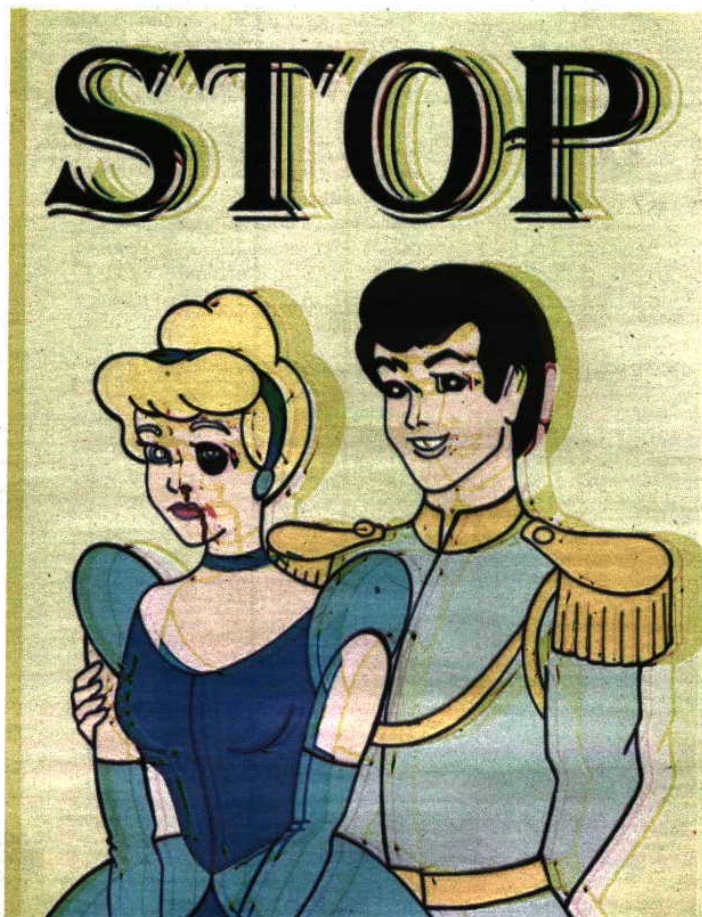
de viver com o terror em vez de colaborar com as autoridades. O crime de violência doméstica ser público pelos vistos não acabou com os sucessivos "perdões" da vítima. Nestes casos, o "perdão" leva à morte.

Mas voltemos ao homicida "deprimido e ciumento", à hipótese de "matar por amor", à vítima "escolher" ser maltratada pelo agressor com quem vive. Todas estas histórias fazem mal à saúde de quem acredita nelas. A doença é, infelizmente, generalizada, o que faz com que muitas pessoas acreditem na confusão entre paixão e violência física e psicológica. Para muitas pessoas, uma mulher infeliz no casamento porque o marido a sufoca com tantos ciúmes não tem razão para ser infeliz, porque ele só está a mostrar que a ama. Quando esse homem é violento, está encontrada a razão: é ciumento, coitado. A víti-

ma? Se não quer ser "amada" tem bom remédio, porque todas as pessoas têm escolha, sabem o que querem para si, e não deve ser assim tão mau, etc.

Nunca me envolvi com ninguém que tivesse uma disposição violenta e sei o que é ter um relacionamento íntimo e apaixonado com alguém. Sei, portanto, que o amor não é compatível com a violência. É diferente o ciúme de quem ama, que também existe, claro, daquele de quem o usa como desculpa para abusar do próximo, fazendo de conta que ama quando na verdade só quer controlar. A violência doméstica é apenas uma questão de afirmação de poder. Acaba mal para as vítimas. Ainda vai acabando mais ou menos bem para os agressores, "deprimidos", "ciumentos", "descontrolados", que as amavam tanto, coitados.

Escreve ao sábado



App PictureShow com filtro Color-Shake sobre imagem da campanha contra a violência doméstica da autoria de Alexsandro Palombo



5 PERGUNTAS A...

Jessica Athayde

ACTRIZ DE MULHERES (TVI)



"A REALIDADE DEU-ME VONTADE DE VOMITAR"

1 Conte-nos um bocadinho sobre a sua Bárbara, além de ser a outra...

Não considero que ela seja a outra. Antes de a história chegar a esse ponto, a Bárbara é uma miúda/mulher, casada e muito ingénua, o que a faz ter uma grande pureza. Casou-se com o Jorge (Luís Gaspar), esteve apaixonada durante o namoro e as coisas mudaram a seguir ao casamento. Depois de anos a sofrer de violência doméstica, ela percebe que tem de fazer alguma coisa.

2 Como se preparou para o papel?

Comecei a ver filmes, documentários e, depois, o Luís Gaspar marcou uma reunião na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e perguntou se eu queria ir... E eu fui! Aí, comecei a desenvolver um trabalho com a associação e isso tem sido essencial para a personagem.

3 Que material reuniu?

Após ler depoimentos, de ouvir vários relatos contidos nos relatórios da APAV, esse primeiro contacto com a realidade deu-me vontade de vomitar. Não se faz ideia do sofrimento que as vítimas carregam consigo.

4 A sua família ficou preocupada com a grande carga emocional que a Bárbara vai sofrer?

Não tenho tido tempo para estar com ela, porque estou a gravar muito. Nas fases iniciais de cada projecto, entro numa bolha e isolo-me um pouco. Tive só o cuidado de os avisar que era algo mais violento desta vez.

5 Este é um grande desafio?

Até agora, é o meu maior desafio na televisão e estou mesmo muito focada em dar o meu melhor.



Violência contra as mulheres. AR estuda criação de novos crimes

Mutilação genital vai ser autonomizada, crime de perseguição e casamentos forçados também devem entrar no Código Penal

SUSETE FRANCISCO
susete.francisco@ionline.pt

A Assembleia da República (AR) está a preparar um conjunto de alterações legislativas em matéria de violência doméstica e violência de género, que vai passar pela autonomização e pela criação de novos tipos de crimes na ordem jurídica portuguesa. Um deles é o da mutilação genital feminina. Em cima da mesa estão também os casamentos forçados, bem como a criminalização da perseguição (stalking).

Desde Março que um grupo de trabalho com deputados de todos os partidos está

a analisar as implicações, para a legislação nacional, da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica – ou, resumidamente, a Convenção de Istambul, já ratificada por Portugal e que entrará em vigor a 1 de Agosto. O objectivo passa por identificar as lacunas no quadro legal, face ao que está definido na Convenção. Os trabalhos vão-se estender para a próxima sessão legislativa. O í faz o ponto da situação sobre as alterações que estão a ser analisadas.

PERSEGUIÇÃO (STALKING) Se alguém telefonar todos os dias de madrugada para casa de uma pessoa, se lhe mandar insistentemente mensagens, se frequentemente a seguir nos locais que frequenta, o visado terá dificuldades em travar este comportamento na Justiça – a perseguição não está prevista no ordenamento jurídico português. Mas vai deixar de ser assim: quer entre as entidades ouvidas no parlamento, quer entre os vários partidos, a opinião geral é que este crime deve ficar previsto na lei.

O stalking – já criminalizado em vários países – pode ser traduzido como uma perseguição persistente que, podendo não envolver actos que, por si, constituam uma ameaça, se traduz numa invasão da privacidade. “Representa uma inibição da autodeterminação e da liberdade das pessoas”, sublinha a deputada

social-democrata Carla Rodrigues (que preside ao grupo de trabalho parlamentar), destacando que “face ao que está hoje no Código Penal não é possível um juiz condenar uma pessoa a manter-se afastada”. Esse é, aliás, um dos pedidos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) – “medidas de protecção e penas acessórias que façam face às concretas necessidades levantadas por este fenómeno”, nomeadamente a proibição de contacto com a vítima.

Também o cyberstalking – a perseguição, mas na versão aberta pelas novas tecnologias, nomeadamente através das redes sociais – está a ser analisado.

CASAMENTOS FORÇADOS No actual quadro legal um casamento forçado pode reportar-se aos crimes de sequestro ou coacção, mas não está tipificado no Código Penal. A Convenção de Istambul impõe a “criminalização da conduta de quem intencionalmente forçar um adulto ou uma criança a contrair matrimónio”, e também de “quem intencionalmente atrair uma criança ou um adulto” para outro Estado, com o “intuito de os forçar a contrair matrimónio”.

Na audição realizada no parlamento, o penalista Rui Pereira defendeu que se “devia criar um ilícito criminal novo”, com penas “mais severas que as previstas para o crime de coacção”. Entre os partidos, é ponto assente que este crime deve ficar



Mudanças nas leis sobre violência doméstica e de género vão transitar para a próxima sessão legislativa

RODRIGO CABRITA

videnciar meios para esta prática. De acordo com números avançados pela secretária de Estado da Igualdade, Teresa Morais, registaram-se nove casos de MGF em Portugal desde Março.

VIOLAÇÃO Sobre este ponto há apenas uma certeza: o crime de violação vai sofrer alterações, nomeadamente quanto à obrigatoriedade de queixa da vítima (ver texto ao lado). Por decidir está outra alteração de peso: o crime deixar de assentar na existência de violência ou ameaça grave, tal como exige actualmente o Código Penal, passando a ser definido pelo não consentimento. A alteração constava de um projecto de lei do BE que chegou a ser aprovado na generalidade, mas foi depois chumbado em comissão (com as bancadas a apontarem uma questão de timing da votação e não de conteúdo). O BE garante que vai voltar a apresentar o projecto em Setembro, pelo que o tema vai voltar ao grupo de trabalho. O projecto do Bloco – que assenta também na Convenção de Istambul – refere que é no “não consentimento que se configura o atentado à autodeterminação e liberdade sexual, e as demais formas de violência usadas para a consecução do ato só podem ser entendidas como agravantes”.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA No âmbito das audições e pareceres que têm sido enviadas ao grupo de trabalho, outras questões têm vindo a ser levantadas. Uma delas reiteradamente, pelas associações que trabalham nesta área. É o caso da APAV, que destaca a necessidade de medidas de protecção imediata para as vítimas de violência doméstica. “Os tempos judiciais não se coadunam com as necessidades de segurança e protecção das vítimas”, destaca a associação, sugerindo que os órgãos de polícia criminal passem a ter a possibilidade de emitir ordens de afastamento imediato do agressor – o “que pode corresponder ao afastamento de residência ou a uma proibição de contactos sob qualquer forma”. A APAV sugere que a medida tenha um limite temporal, ficando entretanto sujeita à decisão de um juiz. Também a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) aponta a “necessidade urgente” de uma “medida de polícia”, “a aplicar imediatamente pelas autoridades policiais aquando da denúncia ou conhecimento do crime, que imponha ao agressor o seu afastamento da residência”.

previsto na lei. A Inglaterra criminalizou no mês passado os casamentos forçados, que passaram a ser punidos com a pena máxima de sete anos de prisão.

MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA É o tema mais consensual dos vários que estão a ser analisados. Em cima da mesa estão dois projectos de lei – do CDS e PSD – já aprovados na generalidade, estabelecendo que a mutilação genital feminina seja autonomizada como crime (público) na lei. Actualmente, a MGF enquadra-se no crime de ofensas à integridade física – a ofensa corporal grave tem uma moldura penal entre os dois e os dez anos de prisão. Os diplomas em discussão estipulam penas até aos 12 anos para quem “mutilar genitalmente, total ou parcialmente, pessoa do sexo feminino, através de clitoridectomia [extracção total ou parcial do clitoris], de infibulação, de excisão ou de qualquer outra prática”. Os projectos prevêem ainda punições para quem constranger, incitar ou pro-

Associações querem que as polícias possam determinar afastamento imediato de um agressor na violência doméstica

Nem crime público nem particular. Violação pode ficar como crime ‘quase público’

Partidos apontam para uma solução intermédia, em que o Ministério Público poderá, em certos casos, avançar sem queixa

É uma das questões mais sensíveis no debate em curso no parlamento e, também por isso, que mais divide não só os partidos como as entidades que têm sido ouvidas – a violação deve ou não ser qualificada como crime público, deixando assim de depender da queixa da vítima?

O projecto de lei apresentado pelo Bloco de Esquerda – que foi aprovado na generalidade, mas foi entretanto chumbado – avançava nesse sentido, que é também o apontado pela Convenção de Istambul. Para a deputada Bloquista Cecília Honório, esta é “uma alteração de paradigma que se impõe”. Mas os restantes partidos mostram reservas, e no grupo de trabalho tem-se apontado para uma posição intermédia, que já foi usada para o crime de maus-tratos, antes de este se tornar público – uma espécie de crime quase público, em que a decisão caberá ao Ministério Público, levando em conta a vontade da vítima.

“EXCESSIVO” Para a deputada socialista Isabel Moreira a definição da violação como crime público será uma alteração “muito brusca” e “excessiva” como passo inicial. “Tenho dificuldades em entender que o Estado possa avançar, diga a vítima o que disser”, afirmou ao i, sublinhando que neste quadro há uma “substituição da vontade da vítima pela vontade do Estado”. “Acho excessivo,

a vontade da vítima é irrelevante”, refere a parlamentar do PS e constitucionalista, que defende que será de ponderar uma solução intermédia. Um cenário que foi também sugerido pelo penalista Rui Pereira, numa audição no parlamento: “Talvez valha a pena encarar, como plataforma transitória, a transformação da violação num crime dessa natureza, quase público, em que o Ministério Público possa dar início ao processo, tendo em conta que, em muitas situações, a estigmatização, vergonha e até pressões dos criminosos impedem que uma mulher violada faça a respectiva queixa”.

Para Teresa Anjinho, do CDS, esta é uma proposta “sensata”. “Deve haver uma protecção da vontade da própria vítima”, refere ao i, sublinhando o perigo de uma “vitimização secundária”, um alerta que também foi deixado por algumas das entidades que têm colaborado com o grupo de trabalho. Carla Rodrigues, do PSD, também aponta para uma solução intermédia: a vontade da vítima não deve ser irrelevante, mas “é importante que se dê ao Ministério Público o poder de actuar, para protecção da comunidade”. “Temos que encontrar aqui uma solução intermédia”, sublinha a deputada.

Entre as entidades ouvidas no grupo de trabalho as posições são divergentes. Para o Conselho Superior da Magistratura (CSM) “deverá ser à vítima que deve caber sempre a decisão”. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), no parecer que enviou ao parlamento, diz acompanhar “as preocupações manifestadas pelo CSM quanto à natureza pública deste crime quando cometido sobre adultos, por não estarmos certos de que essa seja a melhor forma de acautelar os interesses da vítima”. Já a Associação Portuguesa de Mulheres Juristas e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) manifestam-se favoráveis à tipificação da violação como crime público.

Definição como crime público seria uma alteração “muito brusca”, diz Isabel Moreira

PSD e CDS concordam que a vontade da vítima não deve ser irrelevante



Em seis meses foram mortas 24 mulheres e a grande maioria por violência doméstica

Crime

Maria João Lopes

Portugal tem de investir na "educação para igualdade de género", defende UMAR. 84% dos casos foram por violência doméstica

Nos primeiros seis meses do ano, 24 mulheres foram mortas, na maioria das vezes em casa e pela pessoa com quem mantinham ou tinham tido uma relação de intimidade. As 27 que foram alvo de tentativas sobreviveram "por sorte", diz a coordenadora do Observatório de Mulheres Assassinadas, Elisabete Brasil. As mulheres com idade superior a 65 anos foram mais atingidas. "Atrás de cada número há uma mulher vítima de violência de género", alerta a UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, no relatório intercalar do Observatório de Mulheres Assassinadas divulgado ontem.

Os dados resultam da análise de notícias da imprensa, entre 1 de Janeiro e 30 de Junho deste ano, em Portugal. O relatório anterior tinha registado 37 mulheres mortas em 2013 – 20 nos primeiros seis meses. Embora reconhecendo que "parece haver uma constância", que preocupa Elisabete Brasil, esta responsável ressalva que os dados de 2014 ainda

são "preliminares" e "não se pode dizer que [o número] aumentou ou não em relação" a 2013.

Segundo o relatório, estes crimes são "o culminar de uma escalada de violência praticada por aqueles com quem as vítimas mantêm relações de intimidade" e "a permanência em relações violentas aumenta o risco de violência letal". A maioria das mulheres mortas (79%) mantinha ou tinha tido uma relação de intimidade com os homicidas – eram mulheres, companheiras, ex-companheiras, ex-mulheres, namoradas, ex-namoradas. Nas 27 tentativas, em 81% dos casos também havia ou tinha havido esta relação.

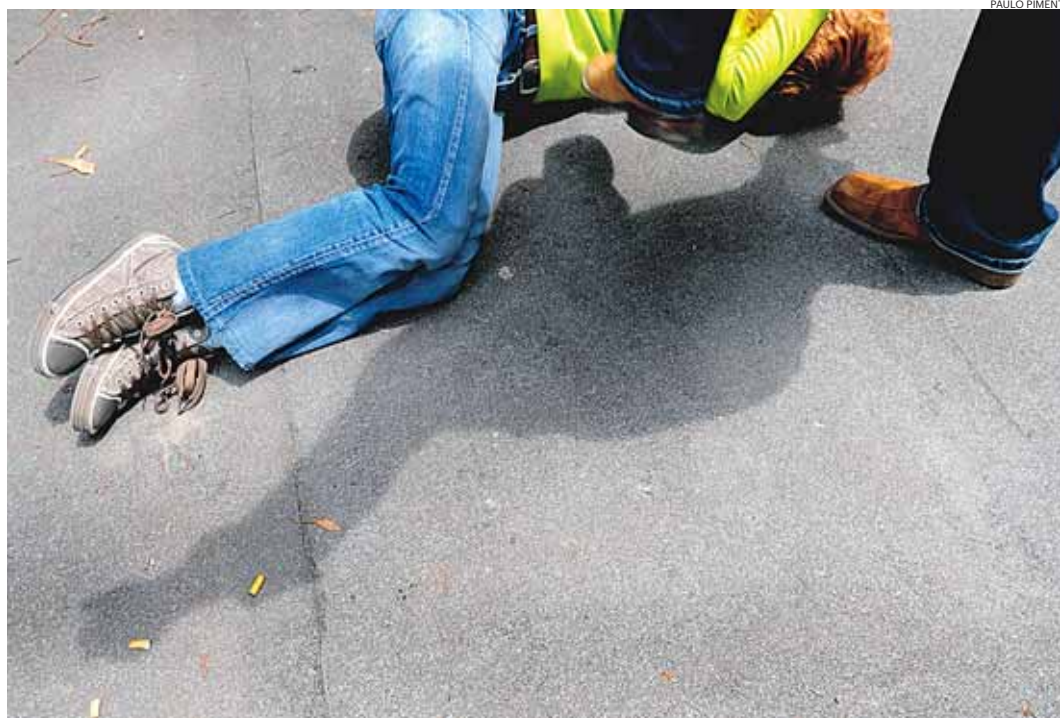
Para inverter o que se repete "ano após ano", Portugal tem de investir na "prevenção primária". "É preciso investir na protecção, na criminalização, mas não só. É preciso ir à génese, às causas estruturais e investir na acção primária. Estas relações são estruturadas numa desigualdade de género. Há uma naturalidade da violência numa relação de intimidade a que tem de se pôr cobro", diz Elisabete Brasil. Defende que esta prevenção, que passa pela "educação e mudança de mentalidades", tem falhado em Portugal. É preciso mais consciência sobre "os valores da igualdade de género": "É um trabalho da Justiça, da polícia, da legislação, mas também de educação para a cidadania", resume a co-

ordenadora, para quem os números "não são mera contabilidade, são para interpretar e transformar a realidade". São histórias que resultam de relações que "já eram violentas há muito tempo".

Apesar de o relatório dizer que 59% das mortes aconteceram em contexto de violência doméstica, na realidade a percentagem chega a 84%. A diferença explica-se pela forma como foram recolhidos os dados: se nas notícias se escrevia que a morte tinha resultado de violência doméstica, esse caso foi introduzido no relatório como tal; se nas notícias se escrevia que a morte tinha sido por motivos passionais, registou-se dessa forma. Ora, somando as mortes introduzidas no relatório por violência doméstica, por ciúmes, por não aceitar a separação e por motivos passionais, o número é de 84%. Elisabete Brasil concorda que todos estes supostos motivos são violência doméstica.

A casa é "o local mais perigoso", onde a maioria (19) dos crimes foi praticada. As armas de fogo foram usadas em 42% dos casos; as armas brancas em 25%; o espancamento em 12,5%; a asfixia em 12,5%; e o estrangulamento em 8%. As mulheres com mais de 65 anos foram mais atingidas (sete casos). Em média, houve quatro mortes por mês, com oito dos 24 crimes nos distritos de Lisboa e Setúbal.

PAULO PIMENTA



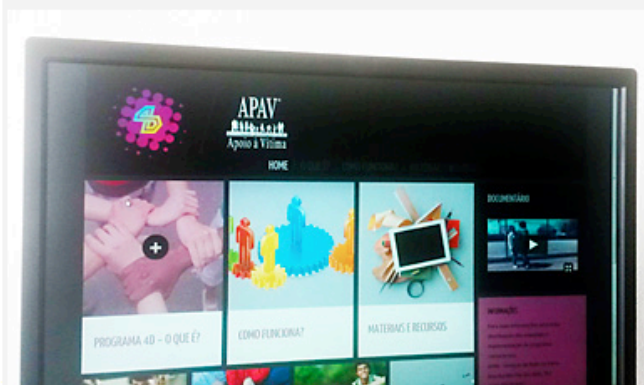
Mulheres foram mortas com tiros, armas brancas, espancamento, asfixia e estrangulamento

PORTUGAL

Programa de prevenção

Novo site promove relacionamentos saudáveis

Texto Juliana Batista | Foto APAV | 20/07/2014 | 08:29



O microsite 4D foi recentemente lançado pela APAV para «prevenir o envolvimento dos jovens em comportamentos de risco»

IMAGEM




A+ A- ENVIAR IMPRIMIR COMENTAR PARTILHAR

PORTUGAL ANTERIOR SEGUINTE

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) criou um microsite para dar a conhecer o «Programa 4D». «Este é um programa de prevenção universal, para implementação nas escolas e que visa prevenir o envolvimento dos jovens em comportamentos de risco através da promoção de relacionamentos saudáveis», explicam os responsáveis pela iniciativa, em comunicado.

Os temas centrais deste programa são quatro: violência no namoro e entre pares, comportamentos sexuais de risco, consumo e abuso de substâncias e questões de género. «O 4D é a tradução e adaptação autorizada do 'The Fourth R', um programa desenvolvido e testado pelo Centre for Prevention Science (Canadá)», lê-se na mesma nota. Atualmente, a APAV é a detentora dos direitos de distribuição da versão portuguesa.

APAV desenvolve Programa 4D

Sexta, 18 Julho 2014 12:33 |  |  | 

 PARTILHAR



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) desenvolve o 4D que é um Programa de prevenção universal, curricular, que procura, através das suas dinâmicas, prevenir o envolvimento em comportamentos de risco e promover comportamentos saudáveis.

O Programa tem 4 dimensões essenciais:

- 1) Violência no namoro e entre pares;
- 2) Comportamentos sexuais de risco;
- 3) Consumo e abuso de substâncias;
- 4) Questões de género.

O Programa 4d é a tradução e adaptação autorizada do The Fourth R, desenvolvido e testado no Canadá pelo Centre for Prevention Science, coordenado pelo Dr. David Wolfe (<http://www.youthrelationships.org>). No Canadá este programa tem demonstrado a sua eficácia na modificação positiva dos conhecimentos, das atitudes e dos comportamentos dos adolescentes (Wolfe et al., 2005).

Em Portugal, também já existem dados disponíveis sobre a implementação piloto que poderão consultar em *Avaliação de Impacto*.

Para saber mais sobre este Programa aceda à página da APAV aqui.

livros

Filomena Iria escritora do Barreiro

Apresenta livro sobre Violência Doméstica na APAV

No próximo dia 18 de Julho, sexta-feira, a APAV acolhe uma sessão de apresentação do livro "(Re)Contos de Violência Doméstica". Da autoria de Filomena Iria, o livro aborda a temática da Violência Doméstica, vivida a partir da primeira pessoa.

A sessão de apresentação vai contar com a presença de Filomena Iria (autora), Margarida Davim (jornal SOL), Jessica Athayde (atriz) e Daniel Cotrim (APAV). A apresentação está marcada para as 17h30 e terá lugar na Sede da APAV - Rua José Estêvão 135-A, em Lisboa.

"A autora trata por tu um tema que muitos falam de cor. A violência doméstica em conversa, em conversas, em olhos nos olhos, sem dramas nem tabus. É um livro de contos simples e contado de forma crua e linguagem fria. São histórias de ficção, desde que se queira fechar os olhos à Realidade. Violência, amor, dependência. Fantasmas da violência doméstica, em histórias contadas de forma simples e aterrorizadora pela sua dureza, contadas na terceira mas sentidas na primeira pessoa. Nas primeiras páginas pode ler-se: Advertência! As páginas que se seguem foram escritas com sangue, lágrimas e Medo!"

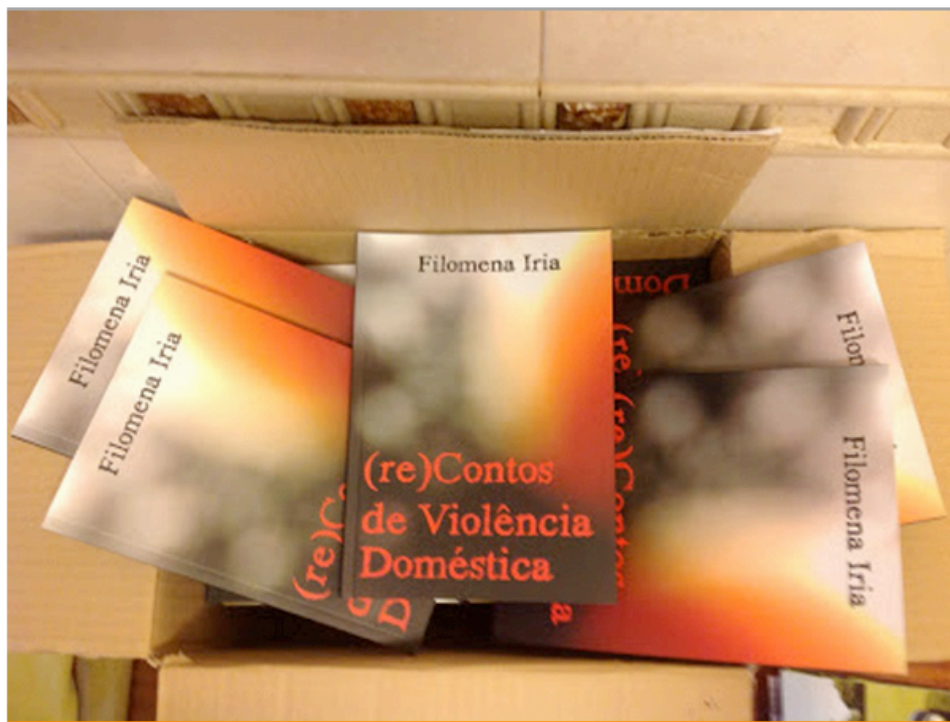
Filomena Iria tem três títulos publicados: "Comichão no Espírito" (poesia, Corpos Editora), "Um Baú no Fundo do Sotão" (poesia, LEYA Online); e "(Re)Contos de Violência Doméstica" (edição de autor).



APRESENTAÇÃO DE LIVRO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

HÁ 17 DIAS POR REDAÇÃO

NOSTRA



A APAV acolhe no próximo dia 18 de Julho, sexta-feira, uma sessão de apresentação do livro "(re)Contos de Violência Doméstica".

Da autoria de Filomena Iria, a obra aborda a temática da Violência Doméstica, vivida a partir da primeira pessoa e irá contar com a presença de Filomena Iria (autora), Margarida Davim (Jornal SOL), Jessica Athayde (actriz) e Daniel Cotrim (APAV).

A sessão de apresentação terá lugar às 17h30, na Sede da APAV em Lisboa.

jazz·pt



APAV no Carpe Diem

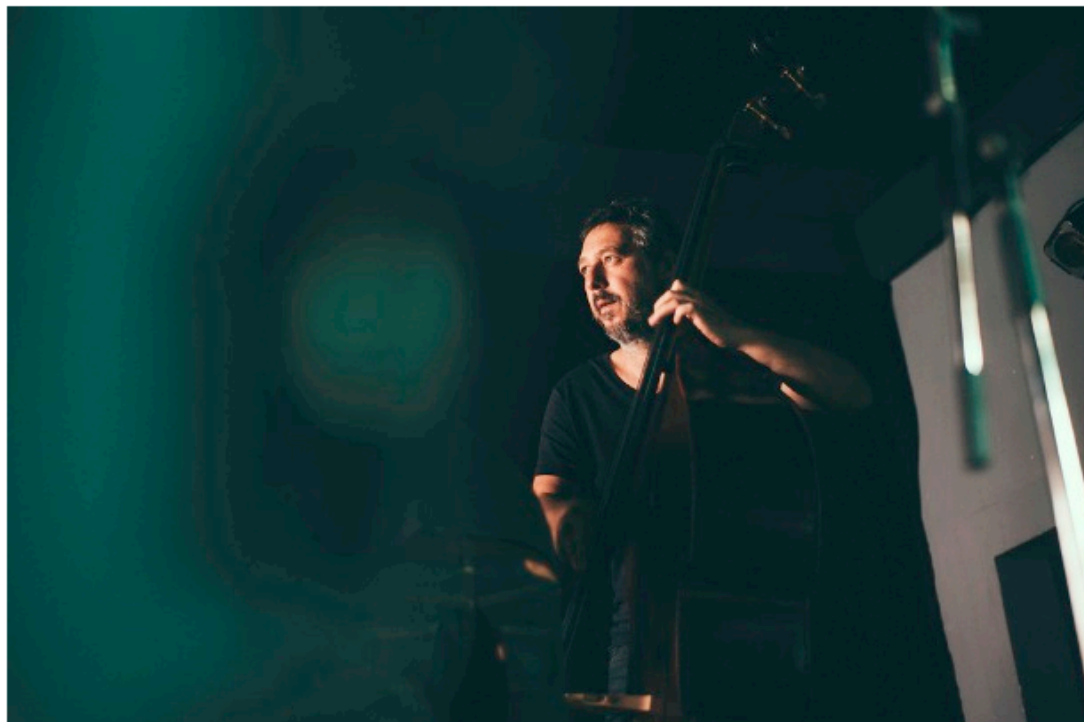
No próximo dia 26 de Julho, o ciclo de concertos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima muda-se, por uma vez, para o Carpe Diem Arte e Pesquisa, também em Lisboa, para a actuação de um duo inédito formado por Hernâni Faustino (contrabaixo, membro do Red Trio – foto acima de Vera Marmelo) e Jorge Nuno (guitarra eléctrica, parte integrante dos psico-noisy Signs of the Silhouette).

Aí irá a APAV apresentar o seu trabalho de apoio às vítimas de todo o tipo de crimes, e muito especialmente as da violência doméstica. O evento terá lugar no jardim, pelas 18h00, e incluirá igualmente um "DJ set" dos Irmãos Makossa e a degustação de iguarias, em ambiente de convívio.



APAV NO CDAP

· 23 JUL 2014 · 18:12 ·



Hernâni Faustino © Vera Marmelo

Por extenso: a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima irá estar pelo Carpe Diem Arte e Pesquisa (Rua do Século, nº79, Lisboa), levando até ao espaço um concerto de música improvisada com o duo Hernâni Faustino e Jorge Nuno, sendo que haverá igualmente um DJ set dos Irmãos Makossa. A entrada é livre e a receita do consumo reverte para a Associação. A partir das 15h, no próximo sábado.

Paulo Cecílio

pauloandrececilio@gmail.com

➡ Exposição de fotografia "Olha", de Valter Vinagre



Retratos do universo das vítimas de crime em Portugal!

CULTURA

Data: 22-07-2014 a 13-08-2014

Agenda: Regional

Região: Lisboa e Vale do Tejo

Distrito: Lisboa

Município: Lisboa

Local: Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IPDJ (Via de Moscavide 47 101)

Promotor: IPDJ e APAV

Contactos: Tel.: 218 920 800 | Email: mailllisboa@lpdj.pt

Descrição

Decorre, de **22 de julho a 13 de agosto**, na Loja Ponto JA de Lisboa, da Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IPDJ, a **exposição de fotografia "Olha"**, da autoria de **Valter Vinagre**.

Integrada na Campanha "Movimento contra o discurso de ódio", trata-se de uma exposição itinerante, fruto de uma parceria da APAV com o IPDJ, que tem o objetivo **retratar o universo das vítimas de crime em Portugal**.